

GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

GENDER AND RACE IN EDUCATION: AN INTERSECTIONAL PERSPECTIVE

Liliane de Fátima Dias Macedo¹

RESUMO: O presente trabalho fez uso de uma perspectiva interseccional de gênero e raça, a partir das contribuições de autoras feministas negras como Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez e Carla Akotirene, no intuito de ampliar a compreensão dos elementos que produzem essas desigualdades, especialmente no contexto escolar. O texto apresenta como raça e gênero se entrecruzam nas vivências de mulheres negras fazendo com que elas experienciem uma forma de opressão diferenciada, pois são perpassadas pelo racismo e pelo sexismo. É assinalado também como essa forma de opressão é, muitas vezes, invisibilizada, inclusive no ambiente escolar, fazendo com que meninas e mulheres negras não tenham uma boa experiência educacional, e estejam predestinadas a uma posição subalterna e informal no mercado de trabalho. Finalmente, sinalizamos a importância de a escola adotar uma pedagogia emancipatória, antirracista, antissexista, com práticas mais igualitárias, em uma tentativa de superar essas formas de opressão.

600

Palavras-chave: Interseccionalidade. Gênero. Raça. Escola. Racismo. Sexismo.

ABSTRACT: This paper used an intersectional perspective of gender and race, from the contributions of black feminist authors such as Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez and Carla Akotirene, in order to expand the comprehension of the elements that produce these inequalities, especially in the school context. The text shows how gender and race interlace in the experiences of black women, making them experience a different form of oppression, as they are permeated by racism and sexism. It is also pointed out how this oppression form is often made invisible, including the school environment, resulting on poor educational experiences for black girls and women, predestining them to a subordinate and informal position in the labor market. Finally, we highlight the importance of the school adopting an emancipatory, anti-racist, anti-sexist pedagogy, with more egalitarian practices, in an attempt to overcome these forms of oppression.

Keywords: Intersectionality. Gender. Race. School. Racism. Sexism.

¹Autora.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, e dentro dela a educação, é marcada pela presença de diversas formas de desigualdades, sejam elas de raça, classe, gênero, sexualidade, entre outras. Nesta histórica desigualdade associam-se os seguintes fenômenos sociais: exclusão, submissão/subalternidade, privilégios, posição de prestígio e manutenção do *status quo*, que fazem com que alguns grupos sociais sejam vítimas de um intenso e histórico processo de invisibilização social.

Entretanto, Nilma Lino Gomes (1996) assinala que, dentro da escola, as desigualdades que são enfatizadas se baseiam quase no ponto de vista socioeconômico, o que é uma visão reducionista, pois existem outras relações que perpassam a escolarização. Nesse processo também são transmitidos valores raciais e de gênero.

Em uma pesquisa, realizada em uma escola com professoras negras, a autora afirma que foi possível observar discursos pautados na teoria racista e a reprodução dos estereótipos do papel da mulher negra em nossa sociedade, que apontam um “lugar predestinado por um pensamento racista e pelas condições socioeconômicas da maioria da população negra brasileira – o lugar da doméstica, da lavadeira, da passadeira, daquela que realiza serviços gerais” (p.77). Para ela, isso confirma a importância que a questão racial e de gênero têm na vida dessas mulheres e como é importante e necessário discuti-las dentro da escola.

Sobre a mulher negra no Brasil, Santos e Rosseto (2018) apontam que,

Entendemos, a partir do contexto histórico exposto, que a situação da mulher negra no Brasil manifesta um prolongamento da realidade vivida no período colonial com poucas mudanças, pois continua a mulher em último lugar na escala social, sendo a que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país, mais que os homens negros. (p.158)

Gomes (1996) afirma que os movimentos sociais, a luta da comunidade negra e das mulheres exigem que a escola se posicione e adote práticas pedagógicas para a superação do racismo e da discriminação racial e de gênero, segundo ela:

É necessário que os educadores compreendam que a luta pelo direito à igualdade social não elimina as diferenças étnico-raciais. E que o racismo não conseguiu apagar a dignidade dos sujeitos negros que em meio a este processo devastador continuam lutando pela preservação da sua identidade. (GOMES, 1996, p.82)

Dessa forma, o intuito desse trabalho é fazer o uso da perspectiva interseccional de gênero e raça, a partir das contribuições de autoras feministas negras como Kimberlé Crenshaw (2004), Angela Davis (2016), Nilma Lino Gomes (1996; 1999; 2002), Lélia Gonzalez (1983) e Carla Akotirene (2019), na tentativa de ampliar a compreensão dos elementos que produzem essas desigualdades, especialmente no contexto escolar.

1. Desigualdade de raça e gênero no ambiente escolar

Nilma Lino Gomes (2002) assinala que a escola é um dos ambientes em que a educação acontece, sendo vista, como um espaço onde se aprende e compartilha mais do que apenas conteúdos escolares, mas também crenças, valores, hábitos, e diversas formas de preconceito, como raciais, de gênero, classe e idade. Em outro estudo, Gomes (1996) afirma que a escola não é um espaço neutro, mas sim, um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. “O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as.” (p.69).

A autora ainda assinala que dentro da escola, a teoria da democracia racial, ou seja, a ausência do racismo e a ideia de que brancos e negros convivem de forma harmoniosa e igualitária, ainda opera com muita intensidade, criando um imaginário de que as diferentes raças/etnias que compõe a sociedade brasileira convivem de forma harmoniosa. Na escola é possível observar que grande parte dos educadores afirmam que “as oportunidades são dadas a todos, independentemente da sua raça/etnia, e que se existe uma diferença a ser eliminada esta é a de classe social” (GOMES, 1996, p. 71)

Outro ponto apontado por ela é a inserção da criança negra na escola, que desde o início de sua trajetória enfrenta uma não identificação com a cultura escolar, devido a ausência de professoras (es) negras (es) e uma cultura baseada em padrões brancos, onde ela não consegue se identificar (GOMES, 1996).

Gomes (2002) aponta que é comum, dentro da escola, a diferença racial ser transformada em deficiência e em desigualdade. Que classifica a aluna (o) negra (o) como uma aluna (o) fraca (o), que vem de um nível socioeconômico mais baixo, que não se alimenta bem e por isso, não consegue se concentrar nas aulas ou que vem de uma família desestruturada. Isso faz com que a diferença cultural da aprendizagem seja vista como desvio e os alunos e as alunas negras são vistos como portadores de “deficiência” ou de “dificuldade de aprendizagem”, e são rotulados como: “indisciplinados”, “lentos”, “defasados”, “atrasados”. Gomes ainda aponta que a estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui o aluno e a aluna negros e pobres.

Para a mulher negra, a sociedade racista brasileira, aponta um lugar que é predestinado, uma posição subalterna, que ocupe profissões de trabalho braçal, doméstico, e na maioria das vezes no mercado informal e em condições precárias. Lélia Gonzáles (1983)

corroborar ao sinalizar que a mulher negra no Brasil, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, ou prostituta. Segundo essa autora, essas mulheres só desempenham funções onde não precisam lidar com o público, onde não são vistas.

Para essas mulheres, a luta pela educação e pela continuidade dos estudos é um fato que até hoje se coloca como um complicador na história das mulheres negras (GOMES, 1996). Em outro texto, Nilma Lino Gomes (1999), afirma que a democratização da educação contribuiu para o processo de rompimento histórico-social das mulheres negras no campo educacional e que isso se deu devido às múltiplas lutas dos movimentos sociais e dos trabalhadores pela inserção na sociedade e na escola de forma justa. Segundo a autora, mulheres negras sempre fizeram parte dos movimentos e lutas sociais e são parte expressiva da classe trabalhadora. A expansão da escola pública afetou toda a classe trabalhadora, mas é preciso refletir que ela afetou e ainda afeta o universo das mulheres das mulheres negras. A luta pela educação e melhores qualidades de vida, sempre foi e será a luta das mulheres e da comunidade negra.

Gomes (1999) aponta também que ainda falta muito para que as mulheres negras, incluindo-se nesse grupo, sejam consideradas sujeitos de direitos e que a “escola brasileira, enquanto instituição, direito social e dever do Estado não pode se furtar a esse debate. Nem tampouco, os educadores e educadoras podem se omitir e se esquivar diante dessa tarefa, quer sejam eles/elas negros/as ou não” (p. 2).

Para compreender as formas de opressão vividas pelas mulheres negras, é necessário compreender, como é assinalado por Santos e Rosseto (2018), que o racismo e o patriarcado são duas formas de opressão que possuem a mesma raiz, pois é a através da violência que uma ação irá se transformar em múltiplas desigualdades hierárquicas que tem como finalidade a dominação, exploração e a opressão.

A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”. Seguindo essa concepção, as opressões de gênero e raça se dão separadamente por uma ideologia que define superioridade dos homens sobre as mulheres e dos/as não negros/as sobre os/as negros/as. (SANTOS E ROSSETO, 2018, p. 159-160)

Pensando nessas formas de opressão, é importante ressaltar então que a mulher negra, a aluna negra, a criança negra, vivencia uma intersecção dessas formas de opressão, pois são perpassadas pelo racismo e pelo sexismo.

Santos e Rosseto, (2018) acreditam não ser possível eliminar a raça, ou a classe ou o gênero em seus papéis sociais do que é ser homem e mulher na nossa sociedade. A luta racial atravessa a luta de classes e a igualdade de gênero. Dessa forma, a luta racial deve caminhar juntamente “com a luta de classe, na transformação da sociedade englobando a luta do feminismo interseccional” (p. 165). A categoria da interseccionalidade emerge no final da década de 1990, buscando atender a variedade de diferenças combinadas ao gênero, raça e classe social. A interseccionalidade avalia como essas variáveis operam em conjunto e se interagem com as relações de poder.

1.1 Interseccionalidade: raça e gênero

De acordo com Santos e Rosseto (2018) o termo interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez em 1989 por Kimberlé Crenshaw com o objetivo de designar a interdependência das relações de poder, de raça, sexo e classe. Além dela, algumas outras pesquisadoras como Ângela Davis, Lélia Gonzáles, Carla Akotirene, todas as mulheres negras, que também se dedicaram a estudar sobre essas variáveis.

Iniciaremos com as contribuições de Crenshaw (2004), que inicia seu texto contando uma história que explica o porquê de ela ter se dedicado ao estudo da interseccionalidade. Ela relata, que ainda na faculdade, juntamente com um amigo, também negro, compareceu a um evento, onde outro amigo, também negro, teria sido aceito em uma prestigiosa agremiação estudantil, que até então não aceitava alunos negros. Ambos haviam combinado que se houvesse alguma discriminação racial, não permaneceriam no local. Ao chegar ao local, Kimberlé e seu amigo foram avisados que não poderiam entrar pela porta da frente. Ao questionar o porquê, já imaginando que era pelo fato de serem negros, foram informados que seu amigo poderia entrar, ela por ser mulher não. Seu amigo então disse que se era porque ela era mulher, eles entrariam pelas portas do fundo. Foi aí que ela se deu conta da discriminação de gênero.

E enquanto dávamos a volta no edifício para entrar pela porta dos fundos, fiquei pensando que, embora tivéssemos assumido uma postura de solidariedade contra qualquer discriminação racial, essa solidariedade simplesmente havia desaparecido quando ficou claro que a discriminação não era racial, mas de gênero. Nesse momento, assumi um compromisso comigo mesma de entender esse fenômeno. (CRENSHAW, 2004, p.8)

Segundo Crenshaw (2004, p.8) “as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de

gênero”, para ela, essas duas categorias devem ser ampliadas para poder abordar as questões de interseccionalidade que essas mulheres encaram. A autora também assinala que alguns países, incluindo o Brasil, têm desenvolvido políticas para eliminar as desigualdades raciais e de gênero, com mecanismos e proteção legal contra essas formas de desigualdades, porém, essas leis não preveem que as vítimas do racismo podem ser mulheres, e que as vítimas das discriminações de gênero podem ser mulheres negras, dessa forma, essas políticas não tem o efeito desejado e essas mulheres acabam ficando sem proteção.

A interseccionalidade aponta que nem sempre estamos lidando com grupos diversos, mas sim com grupos sobrepostos. Ao sobrepor o grupo das mulheres, com o grupo de pessoas negras, e o de pessoas pobres, é possível identificar que em algum momento essas diferenças se entrecruzam, e isso não acontece por acaso. Dessa forma, pode se observar que as mulheres negras tendem a ser mais excluídas das práticas tradicionais dos direitos humanos e civis. Existe uma visão tradicional da discriminação que exclui essas sobreposições. As mulheres negras são afetadas de uma forma específica pela combinação de duas formas de discriminação, a discriminação racial e a discriminação de gênero (CRENSHAW, 2004).

Crenshaw aponta também que existe um problema de invisibilidade dessa forma de discriminação dentro dos movimentos políticos e das políticas de intervenção. Existe uma dificuldade em incorporar questões relativas à discriminação interseccional. Mesmo dentro de movimentos feministas e antirracistas, gênero e raça são tratados como problemas mutuamente exclusivos. Toda essa situação faz com que mulheres negras fiquem invisíveis. Na agenda das feministas, muitas questões que afetam exclusivamente mulheres negras não são incluídas. A autora brasileira, Carla Akotirene (2019) em seu livro *Interseccionalidade*, pontua que o movimento negro ignora o marcador de gênero assim como, os movimentos feministas não enxergam a raça e que isso acentua as experiências de opressões feminizadas.

As discriminações sofridas por essas mulheres podem ser exemplificadas, e Crenshaw (2004) relata que em uma fábrica nos Estados Unidos, homens negros eram contratados, assim como mulheres brancas, entretanto, mulheres negras, não. Somente as mulheres brancas eram contratadas para trabalhos como secretarias ou garçonetes, que seriam atividades apropriadas para mulheres, mas nesse caso, não para todas. As empresas não contratavam mulheres negras para serem a primeira face vista pelos clientes.

A autora Angela Davis (2016) em seu livro “Mulheres, raça e classe” traz uma rica e importante discussão sobre a interseccionalidade. A autora aponta como as opressões de raça, classe e gênero estruturam nossa sociedade, e como as mulheres negras se mostram

como o grupo mais atingido pelas consequências dessas opressões. Ela deixa clara a necessidade de não hierarquizar as opressões sofridas, mas sim mostrar como elas se interseccionam. Akotirene (2019) corrobora ao afirmar que não existe hierarquia de opressão, mas sim uma heterogeneidade de opressões conectadas, que são geradas em uma matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças ao racismo cisheteropatriarcal² capitalista.

Davis (2016) apresenta uma análise histórica do feminismo negro norte-americano no século XIX e início do XX. A autora aborda o lugar das mulheres negras desde o período escravocrata, nas lutas pela abolição da escravidão, e no movimento sufragista. Inicialmente, Davis aborda a situação das mulheres escravizadas, onde não havia influência patriarcal sobre essas mulheres, elas trabalhavam pesado, eram punidas e tinham condições iguais aos homens. Além desses castigos, a mulher negra escravizada também sofria de violências por serem mulheres, como o estupro, “aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo” (DAVIS, 2016, p.19).

A feminilidade, caracterizada pela delicadeza, fragilidade, instinto materno, e doçura, não passa de construções políticas. Esse modelo de mulher construída, não abarca a realidade das mulheres negras. Davis relata a história da abolicionista Sojourner Truth, uma mulher negra, que ao fazer um discurso perguntou de forma provocativa “e eu não sou uma mulher?”.

A autora retrata como após a abolição, as mulheres negras passaram a desenvolver o trabalho doméstico, em casas de pessoas brancas. No Brasil, a autora Lélia Gonzalez (1983) também afirma que à mulher negra cabe o papel da doméstica, “ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas.” (p.230). Lélia ainda afirma que é no cotidiano que as mulheres negras conseguem constatar como são vistas como domésticas.

Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). (GONZALEZ, 1883, p.230)

² É um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais. É um termo que enfatiza que a discriminação exercida tanto sobre as mulheres como sobre as pessoas LGBT e tem o mesmo princípio social machista.

Davis (2016) aponta também o racismo presente no movimento sufragista negro, onde houve a exclusão das demandas das mulheres negras pelo direito ao voto, com a justificativa de que defender o voto das mulheres negras poderia dificultar a conquista do voto feminino. Davis aponta a inexistência de qualquer forma de sororidade³, das mulheres brancas para com as negras.

Durante todo o seu livro, Davis mostra como a comunidade negra e as mulheres negras sempre lançaram mão de formas de resistência e luta, inclusive na mobilização pela educação, na aprendizagem da escrita e leitura, muitas vezes de forma clandestina, mas, era um dos caminhos usados na resistência. Ainda de acordo com a autora,

A história da luta das mulheres por educação nos Estados Unidos alcançou o auge quando as mulheres negras e brancas comandaram juntas, depois da Guerra Civil, a batalha contra o analfabetismo no Sul. (DAVIS, 2016, p.124)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto isso, podemos afirmar que a interseccionalidade atua “desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única” (AKOTIRENE, 2019, p.14). É a partir dela que devemos combater juntos, o racismo, o capitalismo e o heteropatriarcado. É através da interseccionalidade que, “em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos” (AKOTIRENE, 2019, p.43).

A discussão apresentada no texto acima, nos faz refletir sobre como a escola pode contribuir para a ampliação da compreensão dos elementos que produzem as desigualdades, de raça e gênero, e em como criar estratégias para que a escola possa minimizar seus efeitos em suas (eus) alunas (os).

As contribuições, das autoras citadas no decorrer do texto, podem ser utilizadas pela escola na construção de uma pedagogia emancipatória, para uma nova forma de ensinar, em consonância com a luta antirracista. A escola é um espaço político e que deve buscar formas de contribuir com práticas mais igualitárias buscando superar qualquer forma de racismo e sexismo.

³ Significa uma união entre as mulheres apoiada na empatia e companheirismo que busca alcançar e manter relacionamento e atitudes positivas entre elas. Dessa forma, as mulheres se juntam e se apoiam sem julgamentos a favor da igualdade de gêneros.

É preciso que se reconfigure as práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional (CRENSHAW, 2004), inclusive dentro das instituições de ensino como apontado pela autora brasileira Guacira Louro,

Nesse sentido, o feminismo negro compreende que as categorias estruturais raça, gênero e classe não devem ser vistas de forma dissociadas. Portanto, é de fundamental importância que o conceito de interseccionalidade seja considerado nas análises conjunturais para que sejam construídas práticas que visem o rompimento do padrão eurocêntrico. A educação descolonial e feminista, pode contribuir desse modo para “perturbar certezas, ensinar a crítica e a autocrítica (um dos legados mais significativos do feminismo), para desalojar hierarquias” (LOURO, 2014, p. 128).

Um caminho para alcançar essa educação, como afirma GOMES (1999), é dar visibilidade às diversas práticas que os Movimentos, Negro e de Mulheres, têm desenvolvido na educação. As professoras (es) precisam compreender que “a luta pelo direito à igualdade social não elimina as diferenças étnico-raciais e de gênero” (p.9).

Santos e Rosseto (2018) assinalam que diante da reprodução dessas formas de opressão às quais o sistema educacional se submete, é preciso revelar às meninas negras, que seus lugares sociais não estão determinados. Sendo esse momento fundamental para o uso de “uma pedagogia descolonizadora pautada na diferença e, em especial, as relacionadas ao pertencimento racial”. (p.166)

Por último, como apontando por CRENSHAW (2004) é preciso saber diferenciar o que está acontecendo em função da raça e em função de gênero. É preciso também identificar especialistas nesses assuntos, em níveis mais locais e básicos. Identificar as pessoas que trabalham efetivamente em prol de mulheres negras, e que compreendam as influências que afetam a vida dessas. Nas palavras da autora,

Só assim a discriminação interseccional deixará de ser uma causa de desproteção para as mulheres. Só assim as discriminações racial e de gênero serão mais corretamente redirecionadas com o objetivo de garantir soluções mais eficazes. A interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas. (CRENSHAW, 2004, p.15-16)

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Aletria: revista de estudos de literatura, v. 9, p. 38-47, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade**. Cadernos Pagu, n. 6/7, p. 67-82, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Mulheres negras e educação: trajetórias de vida, histórias de luta**. Revista Cadernos Pagu, Unicamp, V Encontro de História Oral, Belo Horizonte, FAFICH, 1999.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura Brasileira**. Silva, Luiz Antonio. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. ANPOCS. Brasília, 1983.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, Raíssa Francisco; ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo. **Feminismo, culturas infantis, gênero e raça: uma reflexão sobre ser menina negra**. Zero-a-seis, v. 20, n. 37, p. 157-169, 2018.